



1 ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEGUNDA (192ª) REUNIÃO DA CÂMARA DE
2 ASSUNTOS COMUNITÁRIOS (CAC) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada aos
3 vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, no
4 auditório Cassiano Nunes da Biblioteca Central da UnB, com a presença dos membros:
5 Ileno Izídio da Costa (Decano - Presidente), Maria Letícia Renault C. A. e Souza (FAC),
6 Carlos Henrique Magalhães de Lima (FAU), Maria Hosana Conceição (FCE), Rita Silvana
7 dos Santos (FE), Paolo Gessini (FGA), Mariana André Honorato Franzoi (FS), Ariuska
8 Karla Barbosa Amorim (FT), Aline Ione Miranda do Nascimento de Carvalho (FUP),
9 Fernando Fortes de Valência (IB), João José Gondim (IE), Adriana Pereira Ibaldo (IF),
10 Cristiane Moreira da Costa (RU), Cristiano Guedes (IH), Goiara Castilho (IP), Thiago
11 Aparecido Trindade (IPOL). Foi justificada a ausência dos seguintes membros: Alexandre
12 Jackson Chan Vianna (FEF), Tatiana Valverde da Conceição (FM) e Evelyn Jeniffer de
13 Lima Toledo (IQ). Também estiveram presentes os convidados Pedro Vieira (DDS),
14 Susana Xavier e Hiury Milhomem Cassimiro (DIV), Larissa Polejack (DASU). **Item**
15 **01:Informes. Apresentação da nova diretoria do DAC, a Diretoria de Atenção à**
16 **Saúde Comunitária (DASU), na presença da diretora, Profª Larissa Polejack. Item**
17 **02: Aprovação das Atas das reuniões 190 e 191.** Aprovadas com 8 (oito) votos
18 favoráveis e 5 (cinco) abstenções. **Item 03:Apresentação de minuta da Resolução do**
19 **Programa de Atenção à Diversidade (PADiv) – relatoria do Prof Thiago Trindade**
20 **(IPOL).** O relator deu início à leitura de seu parecer, o qual foi favorável à homologação
21 da Resolução pela CAC. A representante da FUP, Aline Ione, questionou se havia sido
22 realizada a leitura da Minuta do Programa antes do parecer do relator. Como a resposta
23 foi negativa, o Presidente solicitou que houvesse a leitura da Minuta de Resolução do
24 PADiv, a fim de que os Conselheiros e Conselheiras presentes ficassem a par do disposto
25 no documento. Após a leitura, houve inscrições para questionamentos. O assistente
26 social Hiury, pertencente à equipe da DIV/DAC, realizou um breve histórico da origem do
27 desenvolvimento da minuta de resolução do Programa. A Diretoria da Diversidade
28 recebia muitos estudantes em busca de acolhimento, vítimas de violência doméstica,
29 com questões ligadas à orientação sexual, à questão de gênero, com consequência de
30 rompimento de vínculo familiar. Em decorrência dessa demanda de acolhimento e
31 acompanhamento, em janeiro de 2017, diversos profissionais começaram a pensar na
32 criação de uma Programa que pudesse contemplar estes estudantes com rompimento



Universidade de Brasília

Decanato de Assuntos Comunitários

33 de vínculo familiar, de acordo com os espectros de gênero, sexualidade e raça. Segundo
34 Hiury, dois terços de estudantes pertencentes ao PADiv são LGBTQs, pretos ou pardos e
35 de baixa renda. Ele também ressaltou que a família desses estudantes, muitas vezes
36 deixa de ser protetiva para assumir um papel de violadora, o que pode acarretar
37 rompimento de vínculo e a consequente vulnerabilidade dos(as) alunos(as). O
38 Presidente, prof Ileno, explicou que as questões em que podem ser utilizados recursos
39 do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil do Governo Federal) vão
40 primeiramente para DDS (Diretoria de Desenvolvimento Social) e RU (Restaurante
41 Universitário), e o restante dos recursos são destinados a demais programas de apoio a
42 estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. A diretora da DIV, Susana Xavier,
43 pediu a palavra e relatou que a DDS analisou certos pedidos de estudantes, mas com
44 base na questão estritamente ligada à situação econômica. Mas estudantes oriundos de
45 classe média também podem sofrer questões de violência, abuso e rompimento com a
46 base familiar, o que leva a uma situação de extrema vulnerabilidade. Após a leitura da
47 minuta do PADiv, o Presidente abriu para inscrições. A diretora do RU, Cristiane Costa,
48 abordou sua preocupação com relação à fonte dos recursos para os estudantes
49 beneficiários do PADiv para subsidiar as refeições no restaurante universitário. De acordo
50 com a diretora, todas as solicitações para refeição dentro do PADiv até agora foram
51 subsidiadas com recursos da UnB, e não com recursos oriundos do PNAES,
52 diferentemente do que ocorre com as solicitações advindas da DDS. As refeições são
53 contabilizadas manualmente, pois não há grupo para fazer o levantamento dentro do
54 sistema do RU. O diretor da DDS, Pedro Vieira, também se inscreveu e expôs
55 preocupação com a migração do sistema que cadastra os estudantes pertencentes aos
56 programas da Assistência Estudantil para o novo modelo da UFRN, adquirido pela UnB.
57 Ele também falou sobre sua dificuldade no compartilhamento com a equipe da DIV do
58 banco de dados que é administrado pela DDS. A próxima inscrita foi a assistente social
59 Aline lone, representante da FUP na Câmara de Assuntos Comunitários. Ela citou alguns
60 artigos que considerava passíveis de alteração na minuta do Programa, como o artigo
61 3º(terceiro), que trata da concessão de alimentação, e mencionou um “choque de
62 normas” com a Resolução 138/2012, a qual versa sobre Bolsa Alimentação. A
63 Conselheira ainda manifestou preocupação quanto à renda per capita dos estudantes
64 contemplados. Aline lone também citou os artigos 10 (dez), que versa sobre Termo de



65 Compromisso e o artigo 11 (onze), que trata do limite de 10 (dez) bolsas por mês, com
66 dúvidas sobre a melhor redação para o mesmo. A Conselheira ainda declarou sobre os
67 instrumentais da DDS, que permitem acesso imediato dos estudantes em vulnerabilidade
68 ao RU, antes do final da análise do estudo socioeconômico. Também foi exposto pela
69 assistente social que há muita demanda reprimida nos programas da DDS, pois há 183
70 vagas no programa socioeconômico, que não contemplam a maior parte dos inscritos.
71 Na sequência, a diretora da DIV pediu a palavra e declarou aos Conselheiros e
72 Conselheiros que considera o PADiv um programa inovador, e não esperava que a minuta
73 fosse aprovada com facilidade. Susana disse que não tinha ideia, todavia, que o
74 documento fosse tão criticado pela equipe da DDS, pertencente ao DAC. A prof^a Letícia
75 Renault, da FAC, expôs sua posição de que é essencial expandir a Assistência Estudantil,
76 pois, a despeito de todo o esforço empenhado pelas equipes, a rede social ainda “vaza”
77 uma grande quantidade de estudantes em situação de vulnerabilidade. Com relação às
78 sugestões de alteração na minuta do PADiv, a professora opinou que o documento deve
79 passar por mais uma fase de ajustes em sua elaboração. O prof Cristiano (IH) expressou
80 a preocupação de que os instrumentais possam proteger as pessoas em vulnerabilidade
81 em próximas gestões, e sugeriu que as diretorias do DAC se reúnam a fim de chegar a
82 um consenso na redação do Programa. Ele também sugeriu que seja posto o preâmbulo
83 na Resolução, com todas as decisões já criadas sobre o mesmo tema que não se
84 chocam. Logo após, Hiury voltou a pedir a palavra para explicar que o Programa é um
85 instrumental dialético, construído durante um período de dez anos por uma equipe
86 multidisciplinar extremamente qualificada. Ele próprio, mestrando no PPG de Políticas
87 Públicas, declarou que a equipe da DIV é constituída de profissionais com grande
88 bagagem em tempo de experiência e estudo. Também voltou a abordar que o PADiv não
89 possui vínculo aos programas de continuidade da DDS, e que a minuta de Resolução foi
90 construída com embasamento e Convenções e Leis, nacionais e internacionais. Em
91 sequência, a Prof^a Rita (FE) pediu que fosse encaminhada a documentação completa
92 aos Conselheiros, para que todos pudessem ter mais conhecimento a respeito do tema.
93 Ela também expressou que a burocracia não pode engessar certas políticas, e que há
94 que se pensar como agir em situações de caráter emergencial e provisório para grupos
95 ainda mais vulneráveis. A análise é profunda e nada matemática, mas o parecer favorável
96 da PJU – Procuradoria Jurídica na UnB já é um grande passo para o instrumental. O



Universidade de Brasília

Decanato de Assuntos Comunitários

97 diretor da DDS ainda pediu a palavra para declarar que não teve a intenção de provocar
98 debate entre duas diretorias do mesmo Decanato. Pedro Vieira declarou que a atual
99 particularidade convida a todos a fazer uma reflexão sobre atuais critérios e situações. O
100 Presidente declarou que a discussão em tela é muito rica e o instrumental deve ser
101 perpetuado, para que se torne uma política institucional sólida. Já superadas as questões
102 jurídica e política, prof Ileno retirou o item da pauta de votação, e acatou a sugestão de
103 alguns membros para aperfeiçoamento da minuta de Resolução do PADiv. Sendo assim,
104 instituiu uma Comissão do DAC, formada por representantes da DIV, DDS, RU, CAC e
105 Gabinete/DAC. A prof^a Ariuska (FT) se voluntariou para ser representante da Câmara, o
106 que foi aceito pelos demais membros presentes.

107 Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas e dez minutos, o Presidente deu por
108 encerrada a reunião, da qual eu, Luciana Pimenta M Pandino Werneck, Assistente em
109 Administração do DAC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será
110 subscrita pelo Presidente.

111

112

Presidente

113

Ileno Izídio da Costa

114

115

116

Luciana Pimenta M Pandino Werneck

117

Assistente em Administração do Decanato de Assuntos Comunitários